

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gean Loureiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho à tribuna para fazer um registro de grande importância para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico de Santa Catarina e região sul do estado.

O Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - aprovou, em reunião de diretoria, um novo programa denominado BRDE Energia. E nessa aprovação, deputado Dalmo Claro, há dois pontos básicos de grande importância para a economia e a meio ambiente. O primeiro é que ele estimula projetos de deficiência energética em qualquer tipo de empresa para os três estados do sul do

país. O segundo é que ele também vai financiar proposta de geração de energia renovável.

O banco está destinando R\$ 60 milhões de recursos próprios para os três estados do sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e ainda mais uma linha de financiamento do BNDES, podendo chegar até R\$ 3 bilhões.

Vou detalhar isso um pouco para que possam entender a importância desse tipo de financiamento e de recurso público que passa a ser investido com subsídios que são apresentados de maneira muito mais atrativa.

Primeiro, deputado Natalino Lázare, ele vai estimular a geração de energia renovável. Por meio de quê? Primeiro, gerando uma fonte de financiamento muito mais atrativa para que a produção de energia eólica possa ser efetivamente implementada no estado de Santa Catarina e no sul do Brasil.

Segundo, há possibilidade de novos investimentos em utilização de energia através da energia solar. Hoje, a energia fotovoltaica já passou a ser uma tendência em vários países de primeiro mundo, e começa a engatinhar ainda no nosso país. Entretanto, pelos custos elevados iniciais de implementação, quando apenas se teria um equilíbrio nessa substituição no decorrer de muitos anos, passou a não ser atrativo, pelas empresas e por quem busca essa produção solar, efetivamente poder implementá-la.

Além disso, a utilização de biocombustíveis. Nós vivemos um momento de dificuldade na produção de energia, o país está carente disso, e é necessário, efetivamente, uma ampla estimulação.

Mais do que isso, ele traz uma linha de financiamento não apenas para grandes empresas, mas para as empresas menores, aquelas que precisam ter algum tipo de ação voltada à eficiência energética.

E não estamos falando aqui apenas de grandes estruturas; estamos falando de um comércio, de uma prefeitura, de diversos serviços, deputado Silvio Dreveck, que venham, efetivamente, a fazer com que o consumo possa diminuir. V.Exa., que é lá de São

Bento do Sul, sabe da necessidade da competitividade das empresas catarinenses. Muitas estão buscando a sua própria produção de energia para ter um valor mais competitivo no mercado nacional e internacional. Com essa linha de financiamento, estamos permitindo que essa substituição de equipamentos, obviamente de geradores e de toda uma estrutura, diminua o consumo da empresa.

Ou seja, ela tem duas fontes de financiamento: pode pegar o recurso para a sua própria geração e para poder comercializar essa energia, e ainda buscar a sua eficiência energética, pois ainda não existe qualquer tipo de estímulo a ser realizado.

A pessoa pensa: "Bom, eu tenho que trocar toda a iluminação da minha cidade para diminuir o consumo. Vou colocar lâmpadas de LED em toda a minha cidade. Mas pelo custo dessa substituição, compensado com a redução do consumo, vou demorar 15 ou 20 anos para equilibrar essa conta"! Bom, se há uma linha de financiamento subsidiada pelo BRDE que permite, praticamente sem juros ou com um juro mínimo, que a prefeitura possa substituir toda a sua iluminação pública por lâmpada de LED, essa redução do consumo paga o financiamento e ainda sobram recursos para a prefeitura e diminui o consumo de energia, gerando um ganho ambiental obviamente incalculável.

Nesse sentido, obviamente temos que parabenizá-lo, porque um banco que efetivamente busca o desenvolvimento teve um viés voltado a duas preocupações nacionais: tanto a questão da necessidade de maior produção de energia, quanto a necessidade de um menor consumo, aliado com a questão da importância ambiental - e que, obviamente, é um foco de todo o nosso planeta, e o Brasil, com certeza, não poderia ficar de fora.

O mais importante ainda, deputado Neodi Saretta - e v.exa. já presidiu a comissão de Turismo e Meio Ambiente -, é que não há limite para inscrições, todas as empresas podem se inscrever nessa fonte de financiamento do BRDE. Porque se todo o recurso for aportado para os projetos aprovados, o banco já tem uma expectativa

de dobrar esse investimento, pela importância que essa linha de financiamento tem para toda a nação.

É óbvio que exemplos práticos, como a substituição de maquinário de uma empresa... Existem muitas empresas na sua região, deputado Natalino Lázare, em Videira, que querem substituir todo o seu equipamento por outros que têm um menor consumo. Mas qual é o incentivo que elas têm para isso? Qual é a vantagem econômica que elas têm? Elas apenas vão ter o discurso ambiental? Não! Elas têm que ter, sim, uma linha de financiamento, a possibilidade de substituir, diminuir o consumo, ter o ganho ambiental, poder ter no seu balanço socioambiental a divulgação que essas ações vêm realizando em gerar uma consciência ambiental e de consumo correto nas nossas empresas.

Nesse sentido, venho aqui parabenizar toda a diretoria do BRDE. Hoje à tarde vou estar reunido com o diretor do banco, o ex-senador Neuto De Conto, pois queremos ter mais detalhes do programa BRDE Energia, divulgar junto a todas as prefeituras, ajudar a divulgar junto às empresas e, efetivamente, fazer um trabalho, através da comissão de Turismo e Meio Ambiente, para que esse conhecimento chegue a todos aqueles que possam se beneficiar dessa linha de financiamento.

É para iniciativas como essas que nós precisamos, cada vez mais, buscar uma ampliação, buscar ter um reconhecimento. Muitas vezes instituições, bancos de fomento, buscam estimular, mas, na verdade, transformam-se em bancos comerciais, como qualquer outra linha de financiamento. E o estado tem, sim, a obrigação de subsidiar projetos inovadores, que gerem qualidade ambiental e consciência ambiental.

Quanto a esse caso específico, você, que tem uma pequena empresa; você, que tem uma grande empresa; você, que é prefeito municipal, busque ter conhecimento, apresente o seu projeto e faça com que Santa Catarina tenha um ganho ambiental. E, mais do que isso, tenha uma maior produção de energia e um menor consumo, mostrando, cada vez mais, que o estado é autossustentável e busca o

desenvolvimento sustentável, havendo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar v.exa., deputado Gean Loureiro, pela explanação. V.Exa. tem absoluta razão.

A comissão de Agricultura desta Casa discutiu uma proposição exatamente nesta direção: a produção de energia através do biogás, as chamadas energias renováveis.

Eu, juntamente com os membros da comissão, estive esta semana, casualmente, em Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Em Foz do Iguaçu, conversei com o diretor da Itaipu Binacional, que é o maior conhecedor de biogás, deputado Neodi Saretta, do Brasil. Foz do Iguaçu tem a maior escola de biogás do Brasil, muito reconhecida em nível internacional. Lá verificamos um projeto verdadeiramente espetacular nessa linha de geração de energia através do biogás.

Então, deputado, a sua ideia é extraordinária, mas quero dizer a v.exa. e aos demais deputados que realmente está na hora de se criar um programa estadual nessa questão, olhando a energia renovável, a energia não poluente.

No nosso caso, pois somos do oeste de Santa Catarina, deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch, sabemos que há um alto índice de poluição dos dejetos de suínos. Esses dejetos estão sendo jogados na natureza, causando problema ambiental, desequilíbrio entre o ser humano e o animal, e, conseqüentemente, estamos jogando dinheiro no lixo.

Por isso, defendo a criação de um programa estadual e a nossa comissão de Agricultura se associa a v.exa. nessa questão, porque realmente ela é muito importante. Falta energia e temos condições sobrando para fazer com que iniciativas como a sua possam ser executadas.

Este parlamentar está junto com v.exa., e a comissão de Agricultura, parece-me, também está engajada nesse projeto.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Gostaria de cumprimentar v.exa. e dizer que o trabalho da comissão de Turismo e Meio Ambiente não se desassocia, em nenhum momento, do trabalho da comissão de Agricultura. Então, que nós possamos, talvez, realizar de maneira conjunta uma proposta para elaboração de um programa do estado. É óbvio que quando falamos de estado não estamos nos referindo apenas ao governo do estado, e sim à prefeitura, ao governo federal e ao governo estadual para poder realizar.

Mas temos que trazer aqui o cumprimento à política federal, através do BRDE e dos estados que fazem parte da política estadual, no sentido desse incentivo. Lá tem produção através de energia solar, de energia eólica e de biocombustíveis. Verdadeiramente, é uma realidade diferenciada, que já faz parte do cotidiano. E que as empresas possam usufruir e o meio ambiente de Santa Catarina agradece!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Recebemos o comunicado da presença do ministro Pepe Vargas, amanhã, na capital. O ministro que trata das questões dos direitos humanos, além de fazer uma palestra sobre a política de direitos humanos do governo federal no país e em Santa Catarina, fará a entrega de kits para os Conselhos Tutelares nos municípios. Já existe um grande programa em que todos os municípios receberam carros e equipamentos, e amanhã serão entregues mais um volume de carros e equipamentos para que os municípios possam fazer um bom trabalho nessa

questão do Conselho Tutelar e dos direitos humanos.

Quero parabenizar o ministro Pepe Vargas, que estará aqui amanhã e que presta um grande serviço como ministro da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Gostaria de fazer um comentário quanto ao pronunciamento do deputado Gean Loureiro, já que irá hoje ao BRDE: que se busque tudo isso, mas que também se consiga fazer com que as coisas efetivamente andem e que a burocracia não tome conta. Muitas pessoas acabam se afastando do Badesc, do BRDE e do BNDES, pelo tamanho da burocracia e da exigência de documentação para que se consiga os empréstimos necessários.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. parlamentares e catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e também pela TVAL, gostaria, hoje, de falar sobre duas questões. A primeira é a ida do governador Raimundo Colombo ao município de Blumenau, na última segunda-feira, ocasião em que ele anunciou a liberação de mais de R\$ 20 milhões novamente para o município.

No referido ato, o secretário da Saúde, João Paulo Kleinübing, deputado Dalmo Claro - e v.exa. já foi secretário -, renovou o convênio de manutenção do Hospital Santo Antônio e liberou mais de R\$ 3 milhões para investimentos. Quero realmente justificar o recurso e falar da importância deste hospital para Blumenau e o vale do Itajaí.

Todos sabem que o médio vale do Itajaí não possui uma estrutura de saúde do estado atendendo aquela região em termos de média e alta complexidade. Por isso, a importância de se ajudar o Hospital Santo Antônio. Enquanto que em Florianópolis e em várias regiões do estado há estruturas hospitalares do próprio estado, o médio vale não as possui. E daí, muitas vezes, o Hospital Santo Antônio acaba fazendo o papel da

prefeitura, do governo do estado, daqueles que realmente deveriam dar o atendimento de saúde e que às vezes não o fazem.

Então, o Hospital Santo Antônio tem essa função e por isso quero parabenizar o secretário João Paulo Kleinübing pela garantia dos recursos para o hospital não apenas na questão do custeio, mas também em investimentos, melhorando ainda mais o atendimento à população.

Também quero parabenizar o governador do estado, que tem essa consciência e vem ajudando de vez em quando o Hospital Santa Isabel, o hospital da Vila Itoupava, o Hospital e Maternidade Oase, em Timbó. E também fez toda a reestruturação do hospital de Gaspar, na parte física e estrutural, há algum tempo.

Tudo isso é importante para região e por isso, quando vem o recurso, ficamos muito felizes e temos que vir aqui agradecer. É claro que também temos que fazer a cobrança, porque a nossa região, o médio vale e o vale do Itajaí, precisa de mais atenção com relação à saúde e precisa desse atendimento.

Além disso, o governador Raimundo Colombo também teve a felicidade de liberar recursos para outras áreas, como a questão do Programa Entra21, que trabalha a qualificação de jovens para o mercado de trabalho na área de tecnologia e inovação, o que é muito importante.

Blumenau, assim como Florianópolis, tem um polo na área de tecnologia, de TIC, como chamamos, e é muito importante fazer esse trabalho, e o Programa Entra21 tem um papel fundamental. São R\$ 600 mil investidos que irão atender a vários jovens na sua qualificação.

Também está-se liberando recursos para o Centro Empresarial de Blumenau, uma reivindicação antiga que vai reunir as entidades empresariais num único prédio e melhorar esse trabalho de união, forte, feito pelas entidades empresariais da nossa cidade.

Além disso, depois de liberar R\$ 10 milhões que garantiram a conclusão do complexo da ponte do Badenfurt, além de liberar R\$ 10 milhões que

garantiram o início das desapropriações para o prolongamento da rua Humberto de Campos, que irá ligar a região da Vila Germânica ao complexo da ponte do Badenfurt, o governador novamente renovou esse convênio garantindo mais R\$ 10 milhões. São ao todo, para um único complexo, deputado Darci de Matos, dentro do município de Blumenau, R\$ 30 milhões: R\$ 10 milhões que garantiram a conclusão da ponte do Badenfurt, e mais R\$ 20 milhões, que serviram para iniciar o processo das desapropriações e agora garantiram a continuação das desapropriações. A prefeitura tem recursos para fazer a obra, garantida através de uma ação do ex-prefeito João Paulo Kleinübing no financiamento do BID, mas ela não tem capacidade de fazer as desapropriações e por isso a ação do governo do estado é muito importante.

Espero que o prefeito Napoleão Bernardes reconheça a ação do governador não apenas no momento da entrega do recurso, mas também na entrega da obra, porque ao ouvir uma propaganda da prefeitura falando da entrega da ponte e do complexo, a prefeitura disse que ela entregou e esqueceu de dizer da participação do governo do estado naquela ação. Assim, espero que dessa vez, quando for feita a entrega da ação, que a propaganda da prefeitura reconheça que o estado também ajudou.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, parabéns pelo pronunciamento que faz sobre a liberação dos recursos para as grandes obras importantes de Blumenau que estão sendo feitas pelo governador Raimundo Colombo.

Sei que esses recursos estão indo para Blumenau e região porque o governador tem um carinho muito grande por aquele município, porque a cidade precisa e merece essas obras, mas também porque v.exa. e o deputado Ismael dos Santos têm reivindicado esses recursos junto ao governador, interagido, defendido e apoiado muito Blumenau e região.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço, deputado!

Quero aqui fazer justiça ao governador Raimundo Colombo pela sua preocupação em tentar fazer com que os municípios possam se desenvolver. Exemplo disso é o Fundam e várias ações em que ele tem sido, com certeza, o mais prefeito de todos os governadores. A sua atitude, na última segunda-feira, em Blumenau, mostrou que ele valoriza a ação dos prefeitos e a interação do estado com os municípios, porque sabe que o cidadão mora no município, que o grande problema das pessoas está lá e que a grande ação, muitas vezes, tem que ser feita pelos municípios.

Então, essa participação dele abrindo mão de receita e ajudando os municípios a se desenvolver realmente é importante. Mas continuamos também cobrando as ações do estado, como o prolongamento da SC-108 e outras ações que são importantes para a região de Blumenau.

Além disso, quero fazer um agradecimento. Ontem, estivemos no Sapiens Parque, através da Frente Parlamentar de Inovação, conhecendo um pouco mais esse sistema catarinense de tecnologia para que possamos interagir mais com o setor privado, com o setor intelectual, com as universidades e também com o setor público na formulação de políticas e ações que irão continuar valorizando a questão da tecnologia, da inovação, da agregação de valor às empresas, aos produtos catarinenses a fim de termos empregos de qualidade.

Quero agradecer aos professores Diomário de Queiroz e Carlos Alberto Schneider; ao presidente da Fapesc, Sérgio Gargioni; e ao professor Saulo, que nos receberam no Sapiens Park demonstrando realmente a importância da inovação e de fazer investimentos em ciência e tecnologia para um futuro de qualidade neste estado.

Santa Catarina é um estado diferencial e por isso, desde dezembro, é campeão de geração de emprego porque não depende de apenas um único polo econômico, nós temos vários polos de desenvolvimento econômico em nosso estado. Exemplo

disso é Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma e várias regiões do estado que se desenvolvem através de suas indústrias e da sua avaliação regional de desenvolvimento. É aquela questão do seu arranjo produtivo local, e isso é muito importante, srs. deputados. Com certeza, ao fazer com que isso seja fortalecido, a economia de nosso estado também ficará fortalecida, permitindo que realmente tenhamos mais produtos de valor agregado.

Por isso, em nome da Frente Parlamentar de Inovação, quero agradecer a aula que recebemos e o carinho e a atenção dispensados por essas pessoas que fazem uma grande diferença nesse setor.

Mas também quero dizer que precisamos trabalhar junto com esses intelectuais, as universidades, a Fiesc, o setor empresarial e os nossos governantes para que possamos fazer realmente com que Santa Catarina continue sendo um estado diferencial através justamente do investimento na inovação e na tecnologia. É isso que vai fazer com que o estado continue dando saltos de qualidade de vida.

Por isso, a Frente Parlamentar da Inovação tem um papel fundamental, e ontem, mais do que nunca, nós, membros, verificamos e observamos o quanto Santa Catarina é diferente do restante do Brasil. Cabe a nós, parlamentares, representantes da população, saber fazer com que isso continue avançando e permitir que isso possa, acima de tudo, gerar qualidade de vida para as pessoas, porque isto é o mais importante: qualidade de vida para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar os srs. parlamentares, os telespectadores que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Hoje, gostaria de comemorar a sanção, por parte do governador do estado, do projeto que determina que o consumidor catarinense seja informado, nos restaurantes e bares, sobre a origem e espécie do pescado. Esse foi um projeto de nossa iniciativa para valorizar o nosso produto regional e local, deputado Manoel Mota. Já que Santa Catarina tem tanto pescado, o consumidor, a partir dessa lei, terá o direito de optar por um alimento daqui, catarinense, e, inclusive, do nosso país.

Então, estamos felizes e comemorando mais uma conquista importante do setor de pesca do estado de Santa Catarina, ou seja, da nossa agricultura familiar, ou seja, da atividade pesqueira litorânea, dos pescadores, enfim de toda a nossa economia catarinense.

Portanto, agradeço a todos que nos apoiaram e também o reconhecimento, por parte do governador, dessa importante lei que irá trazer essa garantia maior aos nossos pescadores, agricultores familiares e ao setor de pesca do estado catarinense e do Brasil.

Também quero agradecer à comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que no dia de ontem, em reunião, aprovou o nosso requerimento para a realização de uma audiência pública no oeste do estado para debater a situação das nossas rodovias, especialmente as duas rodovias federais: a BR-282, de Chapecó a São Miguel d'Oeste, e a BR-163, que está em precárias condições.

Nós queremos discutir com o DNIT, com o governo federal, a agilidade na liberação dos recursos, bem como a retomada dos investimentos naquelas duas grandes e importantes obras para o oeste catarinense e extremo oeste do nosso estado.

Então, queremos agradecer à comissão, que aprovou esse requerimento. E agora vamos discutir a data para a realização dessa audiência que é um grande apelo das Câmaras de Vereadores e das prefeituras dos municípios do oeste e extremo oeste que produzem tanto e precisam ter qualidade nas rodovias para escoar essa produção. E também é um apelo da própria população, que usa essas

rodovias para se deslocar de um município para outro, de uma região para outra.

Trago novamente a esta tribuna dois temas que estão na pauta dos catarinenses, no dia a dia no debate da sociedade catarinense, deputado Gean Loureiro, que é a greve do Judiciário e dos professores.

Lamentavelmente, estamos vendo uma situação em que fecham o diálogo, não conversam, e precisam ser retomadas, por parte do próprio Sinte e do governo do estado, as negociações com o Sindicato dos Professores.

Hoje o governo está anunciando a contratação de temporários para suprir essa demanda da educação pública catarinense, trocando professores altamente capacitados, como vi acontecer em Chapecó no início desta semana, por professores iniciantes, que a sua condição é totalmente diferente. Nós não podemos aceitar isso e os pais, os alunos e a sociedade precisam reagir.

Quero dizer que estou muito feliz porque recebi uma informação no início da semana. O nosso governador Fernando Pimentel, do estado de Minas Gerais, já acordou com um sindicato único dos trabalhadores da Educação a implantação, naquele estado, do piso nacional na carreira dos professores daquele estado. Isto mostra, mais uma vez, que há uma opção dos governantes: investir ou não investir na educação pública. Depois de 12 anos de governo do PSDB em Minas Gerais, inclusive governo do ex-candidato à Presidência da República, Aécio Neves-, e que não implantou o piso naquele estado, o governador Eduardo Pimentel pegou o estado numa situação muito difícil, com um rombo violento no caixa do estado. Mas implantou, já no início deste ano, depois de um curto período de governo, o piso e fez um acordo com o sindicato.

É isso que cobramos em Santa Catarina, pois não é possível que um estado como o nosso, um estado que se prega como de primeiro mundo, não invista na educação e contrate temporários. Quase metade deles já é temporário, e agora, devido à greve, querem contratar jovens para cumprir essa

função. Eles têm, na minha avaliação, deficiência para cumprir uma função na educação pública do nosso estado.

Enquanto isso, continuam virando as costas para os trabalhadores. O governo não apresenta uma proposta concreta. Apresentou alguns itens, é verdade, mas não chegou a uma proposta satisfatória. E por isso a categoria, na última assembleia, rejeitou essas propostas e decidiu pela continuidade do movimento.

Há outro movimento importante acontecendo e continuamos cobrando do Tribunal de Justiça uma posição clara sobre o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário de Santa Catarina.

Nós apresentamos, sr. presidente, uma moção de procedência da comissão de Trabalho. O nosso presidente interino, deputado Rodrigo Minotto, está articulando uma audiência com o presidente do Tribunal de Contas para que a Assembleia Legislativa cumpra a sua função de intermediar no processo de conflitos instalados.

Além disso, demos entrada a uma moção nesta Casa - e todos os deputados serão convidados a assiná-la - no sentido de apoiar a reabertura das negociações e da construção de uma política salarial para a categoria dos trabalhadores do Poder Judiciário catarinense que prestam um serviço extraordinário lá na ponta. O Poder Judiciário Catarinense está em quarto lugar na avaliação nacional de produtividade e agilidade dos processos. Por isso, entendemos que esses trabalhadores precisam ser valorizados e ter um plano de cargos e salários. Daí a nossa cobrança, mais uma vez, nesta tribuna.

Realizamos uma bela audiência pública esta semana e queremos dar continuidade ao processo de negociação. Conversamos com o desembargador João Henrique Blasi, estamos fazendo ações também pela nossa comissão de Trabalho, e esperamos que essa moção e o nosso trabalho nesta Casa possam contribuir na perspectiva de resolver esse problema para que esses trabalhadores, tanto da Educação como do Poder Judiciário, voltem a trabalhar imediatamente.

Há outras categorias que também estão-nos cobrando, como os trabalhadores da Epagri e da Cidasc, que estão em processo de diálogo, com muita dificuldade. Agora estamos muito preocupados. A forma como o estado trata os trabalhadores tanto da Educação, como também de outras áreas, como a área da agricultura, deixa-nos preocupados e com uma grande interrogação: será que em Santa Catarina também está em curso o processo do estado mínimo, da saída do estado dessas áreas como Educação, Segurança Pública e Saúde para repassar tudo para a iniciativa privada e o povo pagar essa conta. Como fica a situação dos trabalhadores que não têm condições de bancar esses serviços públicos?

Por isso, vamos continuar a luta pelo fortalecimento do serviço público e da saúde pública em nosso estado, cobrando do governo o cumprimento do seu papel nos hospitais e na Segurança Pública, porque temos grandes problemas em todas as regiões do estado. Além disso, há o tema da Educação, que estamos permanentemente cobrando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom-dia, sr. presidente, deputado Valmir Comin; deputado Manoel Mota; deputado Leonel Pavan; deputado Gean Loureiro; deputado Ricardo Guidi; deputado Dirceu Dresch; deputado Neodi Saretta! Enfim, bom-dia a todos os parlamentares presentes, aos servidores da Casa e também àqueles que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital.

Eu gostaria, neste momento, de trazer um dado importante nesta tribuna com relação a um setor que cresce e mantém-se pujante em nosso estado. E principalmente em relação às declarações do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, dizendo que o

nosso estado é diferenciado, que tem alguns setores, como o agronegócio e setor industrial, que atuam de forma diferenciada. Mas há um setor que se está destacando muito e de forma intensa: o setor supermercadista de Santa Catarina.

Por sinal, as duas maiores redes de supermercados nesta área começaram as suas atividades no sul do estado e receberam, neste ano de 2015, destaque nacional no *ranking* da Abras - Associação Brasileira de Supermercados.

(Passa a ler.)

“Os supermercados Angeloni e Giassi estão entre os 25 maiores do segmento no Brasil, e isso é motivo de orgulho para todos nós, catarinenses, e serve de inspiração para tantas outras empresas que atuam no setor contribuindo na geração de emprego e renda e no desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina.

A rede Angeloni, que nasceu na cidade de Criciúma, hoje ocupa a 11ª posição no *ranking* nacional da Abras, conquistando, em 2014, o faturamento bruto superior a R\$ 2,3 bilhões. Ela possui 27 lojas e mais de 8.500 funcionários diretos.

Empresa 100% familiar, o Angeloni foi fundado em maio de 1958 pelos irmãos Antenor e Arnaldo, a partir de uma pequena fiabreria em Criciúma, no sul de Santa Catarina, de onde começou a expansão para as maiores cidades do estado.

Durante as mais de cinco décadas seguintes, a rede dedicou-se a desbravar novos mercados e a fortalecer o conceito de bem servir, estabelecendo premissas modernas e arrojadas que muito contribuíram para que o Angeloni se transformasse em um modelo na área supermercadista não somente de Santa Catarina, mas de todo o país.

Gostaria de parabenizar o sr. presidente executivo do Angeloni, o amigo e administrador Guto Fretta, que desempenha muito bem esse papel. E cumprimentando-o, cumprimento o Antenor, o Arnaldo e todos os seus servidores por essa grande conquista.

Já o supermercado Giassi, que começou as suas atividades ao lado de Criciúma, na querida cidade

de Içara, ocupa hoje 24<sup>a</sup> posição no *ranking* e teve o faturamento bruto de R\$ 1,4 bilhão no ano passado, com 14 lojas no estado de Santa Catarina e mais de 5.800 funcionários diretos.

A rede atua há mais de cinco décadas no setor supermercadista. Com lojas espalhadas por todo o litoral de Santa Catarina, o supermercado Giassi foi fundado em 1960 pelo querido e carismático sr. Zefiro Giassi, após de ter deixado os trabalhos do magistério e abrir a sua primeira loja de secos e molhados, que eram tecidos e ferragens no município de Içara.

Com o crescimento da cidade, os negócios expandiram e a empresa também foi-se diversificando. A loja começou a comercializar alguns gêneros alimentícios. Em 1970, a loja de Içara passou do atendimento do balcão para o autosserviço. Essa mudança marcou o surgimento do primeiro supermercado Giassi em Santa Catarina.

É sempre um orgulho ver as empresas catarinenses conquistarem posições de destaque nacional. E o objetivo desse *ranking* apresentado pela Abras, na sua 38<sup>o</sup> edição, é entender o setor supermercadista brasileiro e possibilitar a cada empresa acompanhar a sua evolução, tecer comparações em relação à concorrência e, inclusive, planejar o seu desenvolvimento, trazendo informações sobre o faturamento, dados físicos, formatos de loja, meios de pagamento, participação das diversas sessões nas vendas totais e investimentos, entre outros.

Diante disso, o setor, que faturou, em 2014, R\$ 294,9 bilhões, é um dos maiores empregadores do Brasil, gerando mais de R\$ 1,75 milhão de postos de trabalho diretos, segundo o ministério do Trabalho.”

Realmente Santa Catarina conquista, na verdade, nos seus 50 primeiros colados, estas duas posições de destaque: 11<sup>o</sup> a 24<sup>o</sup>. Mas temos outros inúmeros supermercados que merecem aqui a nossa referência, começando pelo sul de Santa Catarina, pela rede dos irmãos Ghislandi, a Rede Bistek, que também começou em uma cidade ao lado de Criciúma, no município de Nova Veneza. Nós poderíamos falar

de outros mercados de igual potencial, como os mercados: Manentti, Moniari, Castagnetti, Abimar, Althoff. Enfim, tantos outros supermercados que estão com uma tradição muito forte. E aí eu poderia citar outros supermercados, e também daqui, da cidade de Florianópolis, e de outras cidades, de outras frentes importantes.

Quero dizer que o setor supermercadista é um setor pujante, moderno, que tem muito a comemorar. Mas principalmente nós, do sul de Santa Catarina, em relação a este *ranking* da Abras, temos que comemorar bastante.

O primeiro mercado de bairros da nossa região é o Manentti, que começou as suas atividades no bairro Rio Maina, na cidade de Criciúma. E deu para ver que estes três mercados de potencial importante, que são o Bistek, o Angeloni e o Giassi, fizeram realmente escola por toda Santa Catarina, mas, principalmente, no sul do estado.

Aos seus sócios-proprietários, aos seus funcionários e a todos aqueles que contribuem para um setor muito importante, o reconhecimento da Assembleia Legislativa e dos parlamentares.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Luiz Fernando Vampiro, e dizer que a região sul do estado, que foi considerada, há um tempo, uma região pobre de Santa Catarina, está mostrando o seu potencial. Onde estão os dois maiores supermercados do estado? Estão no sul, além de outras empresas fortes que lá se instalaram.

Então, é preciso, sim, comemorar, cumprimentar e dar estímulos para que eles continuem fazendo grandes investimentos, porque Santa Catarina tem orgulho tanto do Angeloni, como do Giassi. São mercados organizados que sabem o que querem, para onde vão e o que fazem. Eles se organizam em todas as áreas e por isso são supermercados reconhecidos não somente em Santa Catarina, mas também em todo o Brasil.

Quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso que v.exa. faz, comemorando as nossas grandes empresas do sul de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Manoel Mota! V.Exa. é um deputado que participa ativamente dessas questões e conhece os sócios também de uma forma muito intensa, assim como o deputado que preside esta sessão, Valmir Comin.

Então, é um orgulho para nós, do sul de Santa Catarina, termos essas referências. Esse *ranking* mostrou que estamos no caminho certo em relação à dinâmica de trabalho do setor supermercadista no sul de Santa Catarina.

Um abraço a todos e um bom-dia!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de destacar alguns assuntos neste momento. Mas antes de falar sobre a questão de uma frente parlamentar, e participamos, ontem, do seu lançamento, eu queria voltar a trazer para esta tribuna a nossa preocupação em relação às obras paralisadas no estado de Santa Catarina. São diversas obras que estão sendo acompanhadas e temos uma preocupação muito grande em relação a essa paralisação.

Quero, inclusive, citar aqui, em termos estaduais, o contorno viário da cidade de Seara, um sonho antigo daquela comunidade. Nestes dias, houve novamente a paralisação daquela obra e a retirada das máquinas pelas duas empresas que compõem o consórcio e estão executando a obra. Isso causou uma apreensão muito grande, já que é uma obra importante que estava em andamento e paralisou. Depois houve uma sinalização de retomada e agora foi paralisada novamente.

Nós queríamos deixar registrada aqui a nossa preocupação e apelar para que o governo do estado busque mecanismos para que essa obra possa recomeçar imediatamente.

Temos a mesma preocupação também em relação à SC-355, que liga Concórdia a Jaborá. Há mais de um ano e meio a obra encontra-se paralisada, nova licitação foi realizada e ainda não foi dada a ordem de serviço. Estamos na expectativa de que isso possa acontecer o quanto antes possível, já que aquela situação é insustentável, pois se trata de uma obra que iniciou, paralisou e causou um desgaste na região. Esperamos que essa obra possa ser retomada o quanto antes possível.

Então, sr. presidente e srs. deputados, cito as duas como exemplo, mas há diversas obras paralisadas no estado, tanto estaduais quanto federais. A expectativa é de que os ajustes do governo nos seus Orçamentos, tanto estadual quanto federal, possam acontecer o quanto antes para que essas obras possam ter o seu andamento normal.

Mas, sr. presidente, ontem, nesta Casa, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura, da qual teremos a satisfação de ser o vice-presidente, na Presidência o deputado José Nei Ascari. Trata-se de uma frente parlamentar que pretende debater e buscar mecanismos para auxiliar essa atividade tão importante para a economia de Santa Catarina e para dezenas e centenas de famílias que vivem da produção de suínos em suas propriedades.

Nós temos a expectativa, inclusive agora, em relação a novos acordos internacionais que estão sendo feitos, de que as portas da carne suína brasileira estejam abertas em diversos países, como já tem acontecido. Inclusive esta semana houve conversações entre o governo brasileiro e o governo chinês, e esse novo acordo prevê a possibilidade de exportação da carne brasileira para o mercado chinês. Portanto, teremos a exportação não apenas de um tipo de carne, mas de frango e suínos.

Deputado Natalino Lázare, no caso da China, apesar de ser uma grande produtora da carne suína,

com 56 milhões de toneladas, ela importa outras 800 mil. Portanto, apesar de ser uma grande produtora, tem importado bastante. Então, abre-se esse mercado.

No Brasil também temos, hoje, conforme declarou ontem o próprio sr. Losivanio Luiz de Lorenzi, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, a carne suína considerada a mais saborosa do mundo. Temos ainda margem para aumentar bastante o consumo no Brasil, já que a carne suína, como disse, é saborosa e teve melhoramentos genéticos. E aí entra também o trabalho realizado pela Embrapa por meio do Centro Nacional de Pesquisas de Suínos e Aves. A Embrapa, que está com uma unidade instalada em Concórdia, ajudou a desenvolver também a questão do suíno com menor teor de gordura, uma carne totalmente saudável e saborosa, hoje uma das melhores possíveis.

Então, achamos que há essa perspectiva boa, mas, por outro lado, o suinocultor tem amargado, ao longo dos anos, dificuldades para se manter na produção. A atividade da suinocultura é considerada muito variável, tendo momentos de lucratividade para o suinocultor e em outros momentos não.

Dessa maneira, há uma preocupação sempre muito grande, e pretendemos, com esse trabalho da Frente Parlamentar da Suinocultura, trazer essas ações e buscar, junto aos governos, que possam estabelecer políticas de favorecimento à suinocultura catarinense.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., presidente da comissão da Agricultura.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero me solidarizar com v.exa. Realmente a suinocultura merece um tratamento especializado, porque é uma grande fonte econômica da nossa região.

Somente para se ter uma ideia, deputado Neodi Saretta, quero dizer que Videira tem o maior

produtor individual de suínos da América Latina, Mário Faccin.

Então, é uma questão que realmente envolve economia e uma série de outros fatores que v.exa. explanou muito bem. E precisamos realmente cerrar fileira em função dessa importante atividade econômica.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Natalino Lázare!

Temos a Frente Parlamentar da Suinocultura que vai, portanto, debater esses assuntos e levar adiante ações que possam favorecer a produção da carne suína em Santa Catarina. Assim como também estamos atentos à questão da avicultura catarinense, que é uma avicultura de ponta, mas os avicultores têm penado também para se manter na sua atividade. É preciso que as agroindústrias também olhem com carinho para o produtor, o agricultor que está lá na sua propriedade com dificuldades, mas mantendo a produção para que possamos ter alimentos para Santa Catarina, para o Brasil e também para exportá-los para diversos países do mundo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - sr. presidente, deputado Valmir Comin, sras. deputadas e srs. deputados, somos disciplinados politicamente e, muitas vezes, somos chamados à responsabilidade em toda questão política estadual e nacional. E hoje, no horário dos Partidos Políticos, queria justamente fazer uma menção ao atual momento do nosso país, referente ao emprego e desemprego.

Nós, por diversas vezes, questionamos o futuro da maior estatal do Brasil, da mais importante empresa do país, uma das maiores do mundo, que é a Petrobras. Mas quando nos referimos a esta empresa, nunca nos dirigimos com um fator contra

ela, mas sempre no sentido de tentar ajudá-la no seu crescimento e salvá-la. Quando falamos nós, refiro-me a milhares e milhares de partidários e a tantos outros que têm, certamente, condições de poder contribuir para salvar esta grande estatal brasileira.

Mas é inegável que existe uma crise na Petrobras. A mídia está mostrando isso. Nós, muitas vezes, somos conduzidos por aquilo que lemos e ouvimos, pelos depoimentos, por esclarecimentos e, muito mais, agora pelas delações premiadas.

Então, não dá para tapar o sol com a peneira. A Petrobras está em crise e, infelizmente, ocorreram fatos gravíssimos que trouxeram um prejuízo enorme para esta importante empresa do nosso país. Conseqüentemente, surgiram outras crises, crises essas que são gravíssimas, porque o maremoto está avançando e vai pegando tudo!

O governo federal também se mobiliza, agora, contra a classe trabalhadora - ou não é verdade? -, tirando direitos sociais adquiridos ao longo do tempo.

Ontem, ouvi alguns senadores e deputados federais do PT que se uniram à Oposição, contrariando uma decisão do governo federal que prejudica, em muito, os trabalhadores do nosso país. Eu ouvi, naquele pinga-fogo na Globo, o líder do PSDB e outro senador do PT, e parecia que os dois eram de Oposição, pois o discurso era idêntico.

A geração de empregos no país está diminuindo, é lógico. Ao mesmo tempo em que a tesoura do ajuste recessivo ameaça direitos trabalhistas e previdenciários, temos que ver que isso, de repente, também esteja prejudicando a geração de empregos.

Deputados Valmir Comin e João Amin, em 2014 foram criados apenas 397 mil empregos no país. Segundo números do cadastro geral de emprego e desemprego divulgado no início do ano, criou-se apenas 397 mil empregos, e este crescimento foi o pior desde 2002, quando a atual série estatística começou. Fizeram uma avaliação estatística e

demonstraram que há o pior crescimento de emprego do Brasil. Nem na recessão de 2008 e 2009 o mercado do trabalho do país foi tão mal.

Quem assistiu, ontem, ao *Jornal Nacional*, pôde ver que os índices de desemprego são enormes! Há queda, somente na construção civil, de mais de 50 mil desempregos; somente em Brasília, há mil desempregos por semana.

No início do ano passado, com o irrealismo que lhe é característico, o governo federal previa a criação de 1,4 milhão de empregos no país, mas não deu! A queda em relação a 2013, pasmem, de um ano para o outro, foi de 64%. Ou seja, a geração de vagas no ano passado representou apenas 1/3 do resultado do ano anterior. Somente em dezembro do ano passado foram fechados 555 mil postos de trabalho. O mês é tradicionalmente ruim para o mercado de trabalho, mas ninguém imaginava que seria tanto. A indústria de transformação continua sendo o setor mais afetado, com 163 mil vagas a menos em 2014.

Inclusive, preparei um vídeo mostrando o que dizem todos os jornais nacionais. Vamos assistir ao vídeo!

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Bom, eu até deixaria os outros vídeos para uma próxima oportunidade, mas não podemos tapar o sol com a peneira! Existe uma crise no Brasil. Também sou empresário e eu mesmo demiti 20 funcionários. Existe uma crise no Brasil que estamos sentindo em todos os setores.

Então, não podemos achar que tudo que está aí é mentira. Estou usando a tribuna, hoje, para contestar, muitas vezes, quando se diz que tudo está uma maravilha. Nas ruas somos cobrados: "Como não levam para a tribuna os fatos reais deste país"? Estou usando o horário do meu partido para lamentar e falar a verdade. Não uso a tribuna apenas para fazer política. O que estamos vendo aqui é um fato real! Há um desemprego gritante e não sei quem é o culpado. O próprio ministro Joaquim Levy esteve no estado e disse que a situação está difícil, que o desemprego continua crescendo, que existe uma crise e que vão superá-

la. Tomara Deus que superem! Essa crise certamente será superada, mas quem criou a crise? De onde veio, se o atual governo já está há 12 anos?

Essa crise tem que ser reconhecida! Não podemos tapar os olhos, ficar calados ou admitir que seja tudo mentira, engodo. Nos supermercados, o preço da cesta básica está aumentando; a construção civil está em queda. Há uma recessão enorme no país, ou realmente a mídia não está cumprindo o papel de falar a verdade.

Entendemos que é preciso que haja, neste momento, uma torcida muito grande para que possamos sair desse momento difícil e crítico do país. E quem está lá precisa admitir que a atual situação do Brasil é uma das piores da sua história.

Mesmo sendo deputado estadual e não tendo o poder de influenciar, podemos debater. Se cada Parlamento estadual fizer o debate, levar isso à frente, contribuir com o Congresso Nacional, tentar fazer com que se ache um caminho para que essa crise termine, certamente estaremos cumprindo o nosso papel de legislar e atender aos anseios populares. Não podemos achar que é tudo mentira e que o Brasil está caminhando como se estivesse num céu de brigadeiro. Estamos passando por uma das maiores crises econômica e de desemprego da história!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Rodrigo Minotto, representando o bloco das minorias, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Bom-dia, srs. deputados e sr. presidente que comanda a sessão no dia de hoje, deputado Valmir Comin.

Quero registrar a presença do nosso amigo de Cunha Porã, César Zambiasi, que está aqui acompanhado do seu colega.

Muito obrigado pela presença de vocês aqui!

Sr. presidente, a minha Forquilha está-se preparando para a VII Heimatfest, que será realizada no mês de outubro deste ano. Lá são esperadas mais de 100 mil pessoas e estaremos recebendo os visitantes para resgatar e manter vivas as tradições culturais, a gastronomia e o acervo histórico dos colonizadores responsáveis pela formação do referido município.

Como a Heimatfest acontece a cada dois anos, a população da cidade se incorpora no sentido étnico e festivo para mostrar a todos os turistas e visitantes as suas etnias, os seus costumes, a sua gastronomia e a realidade do cotidiano de diversas famílias que contribuíram para a construção da cidade.

Feita esta breve explanação, subo a esta tribuna, na manhã de hoje, para parabenizar e agradecer ao secretário de estado da Cultura, Esporte e Turismo, sr. Felipe Mello. Ontem, no período da tarde, ele nos recebeu e, pela sensibilidade que teve e pela demonstração da importância dessa festa, o governo do estado estará colaborando com a festa para que, numa parceria, sem burocracia, os recursos sejam repassados ao município diretamente pela Santur. Foi um aporte de R\$ 50 mil e faremos esse investimento no município para atender cada vez melhor a todos os turistas que participam da nossa festa. Mesmo com as dificuldades do Orçamento, o secretário demonstrou a sua boa vontade e comprometimento com a cultura e o turismo do nosso estado.

Dessa forma, quero aqui, de público, agradecer a parceria e aproveitar para convidar todos para tomarem um bom chope e saborearem uma boa comida em Forquilha, em outubro deste ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Aceito o convite!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Tendo em vista uma permuta entre o PSD e o PMDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sociedade que prestigia a sessão na manhã de hoje, eu gostaria de fazer alguns registros importantes e fundamentais na vida do ser humano e na história do nosso estado.

É assustador o número de acidentes que ocorrem em Santa Catarina - e o nosso estado perde apenas para Minas Gerais. Eu gostaria de mostrar a importância do investimento feito para as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual para que haja uma redução do número de acidentes e, conseqüentemente, do número de mortes.

(Passa a ler.)

"Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, em 2013 foram aplicadas 2.973 multas por embriaguez e deste total 875 motoristas foram presos por embriaguez.

Em 2014, o total de multas por embriaguez diminuiu um pouco em relação a 2013, mas totalizou em 2.725. Deste total, 643 motoristas foram presos por embriaguez.

Não foi possível fornecer as informações referentes a multas por dirigir sob efeito de outras substâncias, pois esse número seria muito pequeno devido à dificuldade de constatar e comprovar que a pessoa está sob efeito de drogas.

Hoje, a Polícia Rodoviária Federal não possui nenhum aparelho que possa ajudá-la a identificar se o motorista está ou não sob efeito de alguma droga. A única ferramenta que ela possui é a experiência do dia a dia e o treinamento."

Esses dados foram repassados pelo chefe de Comunicação da Polícia Rodoviária Federal, Luiz Graziano.

Então, isso mostra o que um aparelho de alta tecnologia pode fazer para reduzir o número de acidentes. E se reduzirmos o número de acidentes, vamos reduzir o número de mortes.

O mais preocupante é a droga, porque até agora não há como saber qual é o tipo de droga. E com esse aparelho que v.exas. irão conhecer daqui a pouco, em sete ou dez minutos já se terá a resposta nas mãos. Quando um motorista dirige embriagado, ele tem pouca visão e coragem para correr mais do que o permitido. E com o uso de outra substância acontece a mesma coisa, ou até pior.

Então, é preciso tomarmos algumas medidas nesse momento para que possamos amenizar o sofrimento das famílias que perdem os seus entes queridos.

Vou fazer a leitura do relatório da Polícia Rodoviária Estadual:

(Passa a ler.)

"Em 2014, o total de multas foi 82.310. E desse total, 609 motoristas foram presos por embriaguez.

Em 2015, o total de multas até o dia 20 de maio foi 28.019. Desse total, 213 motoristas foram presos por embriaguez.

Não foi possível fornecerem as informações referentes a multas por dirigir sob efeito de outras substâncias, pois os meios de fiscalização são o etilômetro ou o auto de constatação de alteração da capacidade psicomotora, ou seja, hoje eles não conseguem identificar que tipo de substância o motorista está sob efeito."

Então, é preciso tomar alguma medida! É preciso encarar de frente! É preciso dar um passo atrás para que possamos ter segurança.

Hoje, pelo que será mostrado daqui a pouco, os senhores vão saber que tipo de tecnologia é investida para que, em sete a oito minutos, saiba-se que tipo de substância a pessoa tem no seu organismo e se ela pode ou não dirigir.

Então, é preciso salvar vidas, meu caro deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Manoel Mota, parabéns pela sua intervenção.

A Organização Mundial da Saúde diz que em qualquer momento do dia temos 45 milhões de pessoas embriagadas. Portanto, neste exato momento 45 milhões de pessoas, em alguma parte do mundo, estão embriagadas.

Nós fizemos um relatório muito completo no ano passado sobre álcool e volante, consultando a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Militar, e fizemos um encontro de informações especial com o Detran. Mas aí preocupou-nos um detalhe, deputado Manoel Mota, porque não basta fiscalizar. Tivemos 13 mil ocorrências em blitz, por exemplo, de pessoas pegadas embriagadas em Santa Catarina, e apenas duas mil carteiras, CNH, apreendidas. Então, há um abismo que precisa ser devidamente regulamentado e fiscalizado.

Estamos solicitando, neste ano, uma nova planilha dessas informações e esperamos apertar esse cerco, porque de fato álcool e volante não combinam.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Álcool e volante são coisas totalmente diferentes! Então, é preciso, sim, sair desse patamar como o segundo estado com o maior número de acidentes no Brasil.

Hoje v.exas. vão conhecer um aparelho de alta tecnologia, que vai trazer segurança. Deputado Mario Marcondes, v.exa. já o conheceu porque esteve na segunda-feira no comando da Polícia Militar. É preciso, sim, tomar algumas medidas. Se são simpáticas ou antipáticas para algumas pessoas, aí é um problema que não se pode levar em conta. É preciso que o motorista, ao dirigir por uma estrada, tenha a tranquilidade de que não vai se deparar com outro motorista que, dirigindo sob o efeito de álcool ou droga, acabará causando um acidente. E muitas vezes o motorista que não tem culpa acaba morrendo.

Por isso, acho que é preciso que se tomem algumas medidas mais rígidas com relação a esse assunto. Hoje v.exas. vão conhecer um equipamento extraordinário, magnífico, que vai reduzir o número de multas, acidentes e mortes nas estradas. É nesse sentido que temos que trabalhar para que

haja mais segurança nas estradas para o povo do nosso estado.

Mas quero também abordar outro tema muito importante. O sul de Santa Catarina, deputado Mario Marcondes, investiu muito acreditando na criação de camarão em cativeiro. Alguns empresários fizeram grandes investimentos e a criação de camarão começou a se expandir. Mas, de repente, veio a chamada Mancha Branca que acabou afetando a produção do camarão.

Encampamos algumas ideias importantes, estivemos na Universidade Federal de Santa Catarina e na Epagri e eles abraçaram conosco a ideia daquelas pessoas criarem alevinos de tainha nos tanques onde eram criados camarões, dando condições de que tenham uma renda para a sua sobrevivência e para poderem pagar as dívidas que tinham adquirido junto aos bancos.

Por que foi pensado isso? Porque, hoje, a tainha tem mercado no estado. Deputado José Milton Scheffer, no Restaurante do Lago, no Camacho, quando se joga miolo de pão, vê-se as tainhas criadas lá. Daí veio a ideia e há 15 dias foram levados 80 alevinos de tainha já criados em laboratório para serem soltos. Com isso, além de socorrer esses empresários de Laguna, Tubarão e Jaguaruna, vamos fazer com que tenham uma fonte de renda muito importante.

O que mais me deixou feliz foi o fato de que estão trabalhando alevinos de tainha para água doce. Na nossa região, que é cheia de barragens, poderemos colocar tainhas em água doce. Não precisa nem pescar, basta ficar olhando elas pularem! A tainha é boa para comer, mas também servirá para aumentar o turismo da região, porque é lindo demais ver isso acontecer.

Então, estamos fazendo esse trabalho, que já está adiantado. E quero cumprimentar as equipes da Cidasc, Epagri e UFSC, que não mediram esforços para realizar esse projeto.

Quero registrar que o dono do Restaurante do Lago, na Barra do Camacho, é que está cedendo as matrizes para a produção que está indo de vento em

polpa. Este ano, naqueles tanques de camarão, já deverão ser soltos muitos alevinos de tainha.

Srs. deputados, é preciso, sim, enfrentarmos coisas difíceis que depois se transformam em um ganho real. Estou muito entusiasmado, porque vejo perspectiva de a nossa região se desenvolver ainda mais com essa nova forma de trazer recursos para a nossa comunidade. Quem criar tainha em um lago evidentemente terá uma grande vantagem, porque vai se transformar em um ponto turístico, já que pela manhã ela está pulando e todos querem vê-la pular. E essas transformações são muito importantes e fundamentais para o crescimento da região.

Por isso, estamos trabalhando a passos largos. Os alevinos já estão despontando no laboratório, mas precisamos de mais um pouco de dinheiro para as coisas acontecerem mais rapidamente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro deputado Manoel Mota, quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento e por chamar a atenção para esse trabalho que está sendo feito pelos pesquisadores da UFSC e da Epagri e que é muito importante para o nosso estado.

Santa Catarina é o maior produtor de pesca e precisamos ter políticas públicas voltadas também para a aquicultura, para produzir isso em tanques. E o aproveitamento desses tanques na região de Laguna e Tubarão é muito importante. Talvez v.exa., que é pescador de tainha no rio Araranguá com caniço e de vez em quando tem dificuldade legal, consiga resolver tudo isso de uma vez só.

Mas queremos falar do orgulho que temos de ver os pesquisadores da Epagri nesse projeto, e dizer que temos necessidade de dotar a secretaria da Agricultura de mais técnicos focados nessa área. Penso que a aquicultura e a piscicultura em Santa Catarina têm um futuro muito grande, além do uso correto das águas sem poluição.

Então, cumprimento v.exa. pelo seu pronunciamento - e estamos em plena temporada de pesca no oceano - e também por esse projeto de

criação de alevinos de tainha em cativeiro. Sem dúvida nenhuma, isso vai ser uma renda importante para os nossos pescadores.

Parabéns, pelo trabalho de v.exa. e por essa iniciativa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo ao meu pronunciamento. Com certeza, haveremos de buscar rapidamente respostas muito positivas.

Sr. presidente, quero dizer que na terça-feira haverá a abertura do Seminário Regional do Maracujá, no município de Sombrio. Nós somos o maior produtor de maracujá de Santa Catarina e o nosso maracujá é um dos melhores do país. Mas quero dizer que a nossa região sobrevive apenas dos fumicultores e por isso estamos preocupados. Precisamos criar alternativas de produção e por isso esse seminário é tão importante.

Quero parabenizar o vice-prefeito do município de Sombrio, que está organizando, e a administração municipal, que deu um grande suporte.

Eu vi nascerem lá várias alternativas de plantio, como a do abacaxi, do maracujá, e outras. Então, é muito importante buscarmos essas alternativas, aumentando a renda familiar dos nossos agricultores que, com poucos hectares de terra, ainda sobrevivem da agricultura, produzindo a riqueza deste país.

Por isso, ao cumprimentar o nosso vice-prefeito e todos aqueles que trabalharam na organização do seminário, queremos dizer que é preciso trabalhar nessa direção, buscando alternativas para que possamos ter um estado sempre de qualidade e uma' sociedade mais tranquila

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha, estávamos vendo a forma dinâmica com que v.exa. conduz a sessão, deputado Leonel Pavan, e ainda dizendo que é com jeito de governador. E governador que tive a honra de servir e, como delegado de polícia, eu sei do dinamismo nas decisões, nas nomeações e nos concursos.

Então, guardamos sempre boas recordações. Tenho muito orgulho de ter servido ao governador Luiz Henrique da Silveira também, na época por indicação do partido, o PSD, e pela intervenção fundamental de v.exa. E sempre digo que procurei retribuir a altura, com dedicação e trabalho.

Admiro o seu trabalho, e v.exa. tem uma história muito grande na administração pública e também em Balneário Camboriú, cidade da qual vou falar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - E v.exa. foi um excelente chefe de polícia, diga-se de passagem.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente!

Administração pública é fundamental. V.Exa., no seu pronunciamento, falou da questão nacional. Pegaram o país em boas condições e acharam que o dinheiro era à vontade. Administraram de forma equivocada e deu no que deu. É fácil pegar um país que está com a economia mais ou menos em ordem ou praticamente em ordem, fazer esses programas, achar que o dinheiro nunca mais ia acabar e que podiam distribuir à vontade. Sem critérios, começaram a financiar obras em Cuba e em outros países da África, ao invés de financiar obras essenciais no nosso país.

Nesta semana, eu disse que estamos com as BRs, no oeste do estado, em estado de calamidade pública. Essas BRs têm que ser patroladas, deputado Natalino Lázare, porque com o peso dos caminhões surgiram lombadas no meio da pista e não há condição nenhuma de tráfego. Um carro pequeno, ao bater naquelas lombadas, vai provocar um acidente e haverá vítimas.

Em Cunchã Porã temos a BR-158, que também não está em situação melhor do que a BR-163 e a BR-282.

As rodovias que estão em boas condições são as que foram privatizadas, pois lá há manutenção. Também estão bem algumas federais, como a BR-280, já que foi feito um trabalho recente na região de Porto União, Mafra e Canoinhas.

Mas, se pegarmos o restante do estado, o nosso oeste catarinense, por exemplo, veremos que lá é um caos. E isso é falta de visão administrativa.

Tenho conversado muito com as lideranças em Balneário Camboriú, a minha segunda cidade, vamos dizer assim. Nesta semana, eu me reuni com os vereadores, porque um vereador fez lá uma audiência pública para tratar do Hospital Municipal Ruth Cardoso. E parece que o vereador Marcelo Achutti não tem problema municipal para resolver, porque as audiências públicas são feitas para acusar o governo do estado, pois tudo que há de ruim é culpa do governo. A segurança lá funciona, mas, claro, tem a participação importante da Guarda Municipal, e temos que reconhecer isso. Mas a Polícia Militar e a Polícia Civil fazem lá um belo trabalho. Elas têm dificuldades e há coisas para serem melhoradas? Sim, há, mas ela funciona.

Para se ter uma ideia, peguei algumas manchetes de jornais a respeito do Hospital Municipal Ruth Cardoso, de Balneário de Camboriú. Se procurarem no Google manchetes envolvendo o Hospital Municipal Ruth Cardoso, vão encontrar as seguintes: "Bebê nasceu morto no Hospital Ruth Cardoso em Balneário Camboriú, aponta laudo"; "Família de garçom morto no Ruth Cardoso, em Balneário Camboriú, acusa hospital de negligência"; "UTI neonatal do Hospital Ruth Cardoso é reaberta em Balneário Camboriú"; "Corpo de recém-nascido do Hospital Ruth Cardoso é exumado em cemitério de Balneário Camboriú"; "Ruth Cardoso divulga horários em que pronto-atendimento ficará sem pediatras em Balneário Camboriú".

Quer dizer, o hospital, ao invés de resolver o problema, buscar um médico, fazer um

gerenciamento, divulga um horário em que o hospital ficará sem pediatra. Então, tem que avisar o nenê que está na barriga da mãe que naqueles horários ele não pode nascer! É um absurdo! Brincamos, mas é uma coisa seriíssima!

Cito outras manchetes: "Crise no atendimento do Ruth Cardoso reacende alerta sobre a saúde em Balneário e região"; "Hospital Ruth Cardoso, em Balneário Camboriú, declara situação de emergência" - e percebam que cada uma é uma notícia de momentos diferentes da história do Ruth Cardoso -; "Hospital Ruth Cardoso fecha UTI neonatal a partir desta quarta-feira em Balneário Camboriú". Esta manchete é de 9 de dezembro de 2014.

Quanto àquela criança que nasceu morta no hospital, há a notícia dizendo que, segundo a perícia, a criança nasceu com vida, mas, infelizmente, após o nascimento, morreu no Hospital Municipal Ruth Cardoso.

A melhor notícia que há sobre o Hospital Municipal Ruth Cardoso é a seguinte: "Ministério Público vai investigar gastos de Balneário Camboriú e cidades vizinhas com saúde e saneamento básico". E daí por que falei, no início do meu pronunciamento, sobre a importância de o governo administrar bem, saber usar o recurso público, pegar o recurso e saber administrar dentro do que arrecada e dos seus gastos.

Santa Catarina é o estado que está com o melhor controle financeiro deste país. Lá em Balneário Camboriú, os vereadores fazem audiência pública porque o repasse de R\$ 1,6 milhão do governo do estado para o município está atrasado. Mas como se isso fosse o problema de tudo aquilo que falei sobre o Ruth Cardoso! Sabem quanto Balneário Camboriú tem no Orçamento para a Saúde? Tem R\$ 119 milhões! Esse valor é maior do que o Orçamento de 70% dos municípios catarinenses! E com R\$ 119 milhões na secretaria da Saúde, eles não conseguem administrar a saúde do município e manter um hospital funcionando!

Há hospitais funcionando com um custo de R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões do estado, com 100 vagas de

internação, com dez a 15 vagas de UTI, com especialistas em todas as áreas. E em Balneário Camboriú a administração municipal não consegue administrar o Hospital Municipal Ruth Cardoso, a saúde do município, com um Orçamento, somente para a Saúde, de R\$ 119 milhões. Isso é realmente, como diria Boris Casoy, uma vergonha! É inadmissível que isso esteja acontecendo!

Se pegarmos a relação dos administradores do hospital, veremos que já passou por lá administrador competente, com formação, com qualificação, com doutorado. Mas o que acontece lá? Muda-se o secretário do dia para a noite - e não ocorre somente na Saúde, mas também na Saúde. Aí colocam um administrador que não tem como fazer um plano de gerenciamento - hoje é um secretário e amanhã é outro -, que não consegue, segundo ele, falar com o prefeito, e a Saúde de Balneário Camboriú fica nessa situação.

Para justificar, os vereadores da Situação, ao invés de buscarem uma solução, de formarem uma comissão para debater com a administração, com o secretário da Saúde e ver o que está acontecendo, fazem uma audiência para dizer que a culpa é do governo do estado, porque há um repasse de um R\$ 1,6 milhão em atraso. E, inclusive, com ofensas pessoais ao secretário da Saúde, Vilson Kleinübing, secretário este que está demonstrando um dinamismo, uma coerência, uma visão administrativa muito grande, e está procurando atender a todas as secretarias municipais e a todos os hospitais do estado.

Então, realmente é bom que se saiba disso e que é preciso encontrar uma solução. Vejo que a intervenção do Ministério Público é fundamental para analisar a questão dos investimentos na Saúde, em Balneário Camboriú, e a forma como esses recursos estão sendo aplicados.

O hospital atende a outros municípios da região. Então, é preciso sentar, discutir e ver como os outros municípios vão participar e o que eles têm de compromisso também pelo atendimento regional. Tudo isso têm que ser discutido, sim, mas com uma visão administrativa, e não fazendo

reuniões para ofender e atacar pessoas, para dizer que a culpa é toda do estado, quando o problema está lá! Há dinheiro suficiente - são 119 milhões para a Saúde do município - para manter os postos de saúde, os programas de Saúde e o hospital! Tudo isso é possível.

Já passou pela Cruz Vermelha, já voltou para a administração do município, mas ninguém consegue resolver o problema porque as condições oferecidas não são as ideais.

Então, temos que encontrar uma forma de administrar o hospital e a Saúde do município com tranquilidade, com visão, com diálogo, sem ofensa e sem ataque. É isso que tem que ser feito para resolver o problema do hospital.

Eu li nesta tribuna, há dois ou três meses, a carta de uma mãe que deu à luz à sua filha no Hospital Municipal Ruth Cardoso. Ela conta que aquele momento, que era para ser o momento mais feliz da sua vida, foi traumático, pela situação que ela enfrentou e pela infecção que pegou no hospital. Ela viu que havia algo errado, falou com o médico e com o enfermeiro, e acabou procurando outro hospital, onde fizeram uma intervenção e conseguiram resolver o problema dela. Infelizmente, o hospital não teve condições de atendê-la.

Há várias notícias de mães dizendo que quando achavam que era o momento de maior felicidade da sua vida ir para o hospital dar à luz, foi o momento que enfrentaram o maior transtorno.

Eu acho que o Ministério Público vai ajudar a encontrar uma solução para o Hospital Municipal Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n. 0005/2015, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Comunica também que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0616/2011.

Igualmente, comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0059/2015, 0085/2015, 0638/2014 e 0640/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0162/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0030/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, que institui o Dia Estadual da Equoterapia no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0031/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, que institui o Dia Estadual dos Produtores de Uvas e Vinhos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0032/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que institui a orquídea *laellia purpurata*, variedade sanguínea, como a flor símbolo do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - Hemosc.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano o Requerimento n. 0446/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Igualmente, comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0382/2015 e 0383/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0384/2015, de autoria do deputado Patrício Destro.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Foi apresentado um requerimento dos srs. líderes solicitando, com amparo no Regimento Interno, a suspensão desta sessão por dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do sr. Tiago Larroyd, que apresentará um equipamento capaz de verificar o uso de substâncias entorpecentes por motoristas.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Mario Marcondes, que preside esta sessão, srs. deputados e deputado Manoel Mota, venho a esta

tribuna na manhã de hoje para trazer notícias boas que acontecem no nosso estado.

Eu tive a felicidade, como presidente da Federação Catarinense de Municípios - Fecam -, em 2007, junto com os demais prefeitos e as associações de municípios de todo o estado, de criar a Escola de Gestão Pública Municipal. Com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano de 2000, precisávamos preparar os gestores municipais e também os funcionários públicos municipais para administrarem conforme a legislação. E a solução encontrada pela Fecam foi a criação de uma escola.

Assim, dentro da própria federação, numa união com as 22 associações de municípios, criamos uma escola com vários cursos. Começamos a percorrer o estado treinando e preparando contadores, funcionários da administração municipal, prefeitos e vereadores para cumprirem de maneira correta a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. E depois, num segundo passo, qualificando os nossos servidores.

Temos, hoje, a presença do prefeito Aldoir Cadorin, de Ermo, uma cidade de quatro mil habitantes. Ele tem dificuldades de montar a sua equipe de governo com pessoas qualificadas, e o referido município precisa cumprir a mesma legislação do município de Joinville, que tem de 400 a 500 mil habitantes. Em Joinville há várias universidades, pessoas preparadas para o prefeito escolher para ser o seu secretário de Finanças, de Administração, contadores. Enfim é outro caminho. Mas a lei ela não determina a diferenciação entre uma cidade e outra.

Vejo aqui no plenário também a presença do vereador Roberto Prebianca, de Ilhota, que também é uma cidade pequena - ao lado de Itajaí e Blumenau, que são cidades grandes - e tem dificuldades de montar o seu quadro e preparar os seus funcionários municipais para a gestão.

Então, a Fecam, na união das associações, criou uma escola que, no dia de hoje, completa oito anos de fundação. Foi fundada no dia 21 de abril de 2007, numa diretoria que foi presidida

por nós. E de lá para cá a escola tem feito um grande trabalho em termos de preparação dos funcionários públicos e das gestões municipais.

Hoje, anualmente, em parceria com as Associações Microrregionais de Municípios, através da Fecam, ela tem proporcionado uma série de cursos e serviços que têm contribuído muito para a qualificação dos serviços prestados pelas nossas prefeituras.

Sabemos que a cidade é o lugar onde o cidadão mora. É lá que ele nasce, cresce, realiza os seus sonhos e forma a sua família. E precisamos, cada vez mais, fortalecer as nossas administrações municipais.

Ontem, falei aqui a respeito da importância do Pacto Federativo. Mas quando ele chegar - e precisamos construir um novo pacto, com mais recursos para as prefeituras -, precisamos fazer com que os nossos municípios tenham equipes de planejamento preparadas para poder transformar os recursos dos municípios em qualidade de vida para a nossa população, seja na agricultura, na saúde e na educação. Para isso, a Egem, sem dúvida nenhuma, tem compromissos e muitas ações a serem feitas para preparar, cada vez mais, as nossas administrações.

Mas quero, hoje, dizer da satisfação de poder estar aqui apresentando e comemorando os oito anos de fundação dessa escola que desenvolve o seu planejamento com um foco na ampliação das áreas de atuação, sempre unindo a produção de novos conhecimentos a cursos diferenciados na área da gestão pública. E esse diferencial de mercado torna-se possível, pois a Egem tem papel catalisador das competências técnicas de todas as áreas de atuações das prefeituras catarinenses.

A Egem realiza cursos, oficinas, seminários, fóruns, encontros, reuniões e congressos, entre outros eventos técnicos, que contam com a promoção da Fecam e de associações de municípios de Santa Catarina. Ou ainda de diversas entidades e instituições privadas, estaduais e federais.

Para que todos nós, e também o telespectador da TVAL, possamos ter alcance do tamanho do

trabalho dessa escola, quero dizer que em 2014, por exemplo, ela realizou 227 eventos técnicos, cerca 75 eventos por mês, e, deste total, 58 eventos foram oferecidos de forma gratuita, um grande diferencial da escola na área da capacitação do funcionalismo público municipal.

Os 227 eventos reuniram um total de 13.500 pessoas participantes, funcionários dos nossos municípios catarinenses. Durante esses eventos, foram 2.800 horas de capacitação e cerca de 370 participantes. Somente na oferta de eventos gratuitos foram atendidas 7.918 pessoas, ou seja, aproximadamente mais de 1.800 pessoas que no ano 2013.

Então, desde 2007, data da sua criação, na Fecam, através dessa escola, tem crescido ano a ano a demanda por novos cursos e novas preparações. E vimos também nesse período crescer as exigências em termos de gestão pública municipal.

Na tarde de ontem, vimos que esse trabalho tem dado um resultado muito grande em termos de qualificação das gestões públicas municipais, prefeito Aldoir Cadorin e vereador Roberto Prebianca, que estão prestigiando esta sessão.

Em Santa Catarina, deputado Mario Marcondes, entre as dez cidades escolhidas pela Confederação Nacional dos Municípios como as cidades mais transparentes do Brasil, temos quatro cidades que cumprem a Lei da Transparência e são exemplos para o Brasil. E são municípios pequenos que são fruto desse trabalho da Fecam, das Associações de Municípios Regionais - e aqui a Grande Florianópolis; a Amavi, no alto vale do Itajaí; a Amesc, no extremo sul do estado. Enfim, temos 22 associações de municípios que trabalham diuturnamente em apoio às nossas prefeituras.

Comemoramos esta semana a escolha de Apiúna, de Imbuia - e, particularmente, somos amigo do prefeito -, de Frei Rogério e também de Correia Pinto como as administrações que cumprem a legislação e são as mais transparentes do Brasil. Sabemos que, por trás da transparência, está, sem dúvida nenhuma, o combate à corrupção e a boa

gestão pública. E tanto a Egem como a Fecam tem feito um grande trabalho nessa área.

Então, falamos aqui sobre a importância de estarmos, hoje, comemorando oito anos de fundação da Escola de Gestão Pública Municipal, da Fecam, e o resultado disso é que temos quatro pequenas cidades de Santa Catarina, entre as quase seis mil cidades grandes brasileiras, como São Paulo, Joinville, Florianópolis, que foram escolhidas, em nível nacional, e estão entre as dez cidades que melhor aplicam a Lei da Transparência.

Para nós, como deputado, ex-prefeito e também ex-presidente da Fecam, isso é uma marca que orgulha e mostra que essa escola e as associações dos municípios têm cumprido o seu papel. E, por último, coroa uma ação da Fecam, em 2007, e de todos os prefeitos catarinenses daquele período.

O que temos para demonstrar, com a escolha desses quatro municípios, e que nós, em Santa Catarina, estamos no caminho certo. Precisamos agora efetivar o Pacto Federativo para que as prefeituras municipais possam continuar ajudando a melhorar a vida das pessoas que moram nas cidades.

Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, era isto o que eu queria: comemorar o aniversário de oito anos da Escola de Gestão Pública Municipal dos nossos municípios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado José Milton Scheffer, parabéns pelo assunto abordado e pela relevância dos números e do trabalho realizado pela Fecam em todo estado de Santa Catarina, e principalmente pelas regiões que são atingidas pelas associações dos municípios.

Eu visitei a Associação da Grande Florianópolis, na semana passada, e posso dizer que tem uma estrutura maravilhosa, com o apoio de todos os municípios que a compõem.

Certamente que o trabalho realizado pelo prefeito José Caramori, de Chapecó, à frente da Fecam, tem-nos trazido orgulho de ser catarinense.

Temos certeza de que com o trabalho realizado pelos municípios catarinenses, através da

capacitação dos seus gestores, certamente teremos uma melhor administração em todos os municípios do nosso estado. E até porque o momento não é tão bom assim e certamente que os nossos gestores municipais terão que ser verdadeiros engenheiros para conseguir tocar a administração dos municípios adiante.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.